

NOVO LIBERALISMO, ESTADO E CAPITALISMO DE ESTADO: O DEBATE DE EUGÊNIO GUDIN COM KARL MARX

Maria Angélica Borges

Professora do Depto. de Economia e Diretora do Centro de Ciências Jurídicas Econômicas e Administrativas da PUC-SP

RESUMO

O artigo examina a produção teórica de Eugênio Gudín, expressando a sua postura neoliberal, principalmente no diálogo que empreendeu com Marx e seus seguidores. Reconhecia no filósofo alemão o maior inimigo do capitalismo. Atribuiu a esse pensador a criação do conceito capitalismo com conotações históricas. Negou esse conteúdo radicalmente, contrapondo a conceituação do caráter natural e eterno deste sistema. Contemplou o capitalismo como sistema de produção que se coaduna harmonicamente com a democracia. Trabalhou com o par **economia de mercado e democracia** como antítese de **planejamento e totalitarismo**, construindo um discurso que privilegia o plano geral abstrato, sem uma análise histórico-concreta para cada caso específico. Conseqüentemente, tudo o que não se encaixa naquele par é antidemocrático e intervencionista, sendo isto equivalente à negação do ideal humano, portanto, devendo ser evitado, ou melhor, destruído.

PALAVRAS-CHAVE

Gudin, economia brasileira, pensamento econômico brasileiro, pensamento econômico neoliberal, desenvolvimento econômico brasileiro

ABSTRACT

The article examines Eugênio's Gudín theoretical production, expressing his new liberal posture, highlighting the dialogue which he attempted at Marx and his followers. Gudín recognized the german philosopher as the biggest capitalism enemy. He attributed to his thinker the creation of the capitalism concept with historical connotations. Radically denying this content and balancing the conception of the natural and eternal character of this system, he focused the capitalism as a production system which connects itself harmonically with the democracy. He worked with the pair economy market and democracy as an antithesis of planning and totalitarianism, structuring a discourse that stresses the abstract general plan, disregarding a concrete-historical analysis for each specific case. Consequently, every aspect that does not fit that pair is considered undemocratic and interventionist, as an equivalent denial of the human ideal, thus, it should be avoided, or even better, destroyed.

KEY WORDS

Gudin, brazilian economy, brazilian economical thought, new liberal brazilian thought, economical brazilian development

INTRODUÇÃO

Este artigo enfoca algumas das concepções do mestre dos economistas neoliberais, Eugênio Gudín. Carioca, nascido no final do século XIX (1886), era descendente de negociantes franceses que chegaram ao Brasil na primeira metade do século passado. Ainda jovem, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1905).

Após algumas experiências empresariais como engenheiro chegou ao estudo sistemático da ciência econômica. Iniciou, já no final da década de 20 e começou dos anos 30, uma prática jornalística voltada à economia.

Esta trajetória inicial levou-o à cátedra de Economia Monetária e à colaboração na formação da primeira Faculdade de Economia do País (1945). Formou uma escola de intelectuais que rezavam e rezam na cartilha neoliberal, permanecendo o seu nome como referencial até hoje. Foi Ministro da Fazenda no Governo de Café Filho (1954), assim como um dos principais líderes da Fundação Getúlio Vargas.

I

Gudín, ao se posicionar em relação ao capitalismo, explicita como é o funcionamento do poder. Revela na sua posição que o tratamento do econômico e do político como fatores resguarda a autonomia de cada um e descreve um quadro onde, no máximo, o poder sobre o econômico está restrito a um código disciplinador.

O trecho que citaremos em seguida vem ilustrar os pressupostos com os quais trabalha, ou seja, a reafirmação da forma liberal como organizadora da sociedade; porém, não descuidando de seu disciplinamento, ainda que defendido na sua forma mais tímida: *“Não faço a profissão de fé do simples ‘laissez-faire’. O mecanismo econômico imaginado pelos clássicos era o de um conjunto de forças e contra-forças que faziam com que o sistema tendesse sempre e automaticamente para o equilíbrio. J.B. Say dizia que a produção constituía a própria fonte de seu escoadouro, o poder de compra originado pela produção de uns servindo para comprar o que produziam outros. Ele não figurava porém a hipótese de que as mercadorias não fossem produzidas nas proporções certas correspondentes à procura; não considerava a possibilidade dos desequilíbrios*

horizontais ou verticais nem tampouco figurava a hipótese de retenção de poder de compra em suspenso etc. Não é portanto o desinteresse do Estado pela ordem econômica que se propugna. À medida que o organismo econômico crescia em extensão e em profundidade e portanto em complexidade, tornava-se necessário regulamentar as novas instituições. (...) O Estado deveria impedir que a liberdade fosse utilizada para matar a liberdade. A crescente complexidade das instituições foi exigindo do Estado uma série de leis e medidas constitutivas do que se poderia chamar de código de comportamento econômico, sem que entretanto isso o levasse a invadir a seara privada da iniciativa particular. É a esse sistema que se tem convencionalmente chamado de Economia Liberal.”¹

Gudin ajeita os seus princípios liberais dentro das novas necessidades que a classe dominante tem de garantir as bases da acumulação capitalista. Sua concepção de Estado é parametrada na lógica do capital do mundo pós-II Guerra, que se coaduna com sua proposta do novo liberalismo: “Sem invadir a seara da iniciativa e atividade privadas, imensa é a tarefa do Estado na Economia Moderna. Ela consiste em criar o clima favorável ao progresso econômico. Consiste numa política monetária que evite a inflação com seu vasto séquito de malefícios; consiste no equilíbrio orçamentário; consiste numa política de crédito inteligentemente conduzida; consiste numa política cambial que evite distorções na importação como na exportação; consiste no estímulo aos chamados investimentos de base, a fim de evitar que o edifício econômico peque pelos alicerces; consiste em velar pela provisão das chamadas ‘economias externas’; consiste em evitar desequilíbrios entre a economia da Indústria e da Agricultura; consiste, talvez mais do que tudo, no problema da Educação, isto é, da formação de gente para todos os misteres de uma sociedade civilizada, inclusive para o desenvolvimento econômico.”²

1. E. GUDIN. Estatização de nossa economia, in *Carta Mensal*, set. 1957, p. 10. Este texto é a reprodução de uma conferência publicada na *Carta Mensal* (Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio com a Cooperação do Sesc). Esta conferência tem o mérito de traduzir a concepção do autor sobre a relação: estado e economia, focalizando sua posição acerca do poder. Veremos neste texto como Gudin acomoda os princípios liberais ao mundo do após-guerra.
2. *Idem, ibidem*, p.11. Neste trecho o autor reflete uma postura análoga aos clássicos da economia política com relação aos investimentos básicos e à educação. Por exemplo, A. Smith já mencionava em sua principal obra *A Riqueza das Nações* que o estado deveria garantir os investimentos de base, pois vários setores desta área pressupõem grande quantidade de capital e baixo retorno, não atraindo, portanto, o capital privado. Então, nestes casos, frisamos que se o capital privado não se interessa ou não possui condições efetivas, o estado poderá tomar a iniciativa. E com relação à educação, os economistas lembram sempre a necessidade de se formar adequadamente o capital humano, e a educação é alavanca fundamental para esta tarefa. Ver Adam SMITH, in *A Riqueza das Nações*.

Racionalizando as condições de intervenção do Estado na economia, preocupado em não ferir os princípios liberais, Gudin apresenta-nos um receituário, deixando muito claro os seus pressupostos centrais: política monetária com objetivos à estabilização, incentivo à educação e espaço também para a agricultura - habilmente colocada ao lado da indústria - garantindo com isso um local para os setores ligados à produção primário-exportadora que representa.

E para não ficar nenhuma dúvida quanto aos seus valores, complementa o seu raciocínio logo em seguida, no mesmo texto já citado por nós: *“A melhor técnica até hoje conhecida para evitar que se fomentem empreendimentos antieconômicos, com resultados positivos ilusórios e empobrecimento efetivo para o país, é fazer com que as empresas dependam de lucro para subsidiar e devam procurar esse lucro no regime de concorrência, em condições tanto quanto possível naturais. Temendo o prejuízo, receando a competição, o produtor se esforça para comprimir os seus custos, racionaliza o trabalho para aproveitar ao máximo a mão-de-obra, e calcula os seus investimentos com realismo.”*³

Assim, Gudin costura os princípios da política estatal neoliberal com o policiamento do sistema. É neste contexto que transparece sua noção de Estado mínimo. Como ele mesmo disse, não é a reprodução dos princípios dos clássicos da economia política, mas é de mesma inspiração, realizada somente uma atualização do conceito, em função das necessidades do século XX. Ir além deste receituário é romper com o liberalismo e, conseqüentemente - segundo sua visão -, com o capitalismo e a democracia.

Carnoy, ao discutir a relação Estado e postura liberal no século XX, esclarece alguns pontos - que aqui nos interessam de perto - sobre a atualização da concepção smithiana “adaptada” ao novo contexto do capitalismo de monopólios: *“Insistindo que a mão invisível do livre-mercado ainda opera mesmo no novo contexto e, conseqüentemente, que um **optimum** de bem-estar (o melhor para o maior número) pode ser adquirido somente permitindo à ‘mão invisível’ operar o mais desembaraçada possível, esta concepção vê o Estado como portador de uma atuação não só independente da vontade geral e da vontade dos capitalistas, como também contrária ao interesse público, geral e específico. (...) Neste*

3. *Idem, ibidem*, p. 13. Grifo nosso.

utilitarismo smithiano, a esfera da produção mantém-se por si mesma e organiza a sociedade. O Estado *deveria* ser a expressão perfeita das vontades dos homens, trabalhando somente para investir naquelas mercadorias e serviços que o sistema da livre-empresa acha não lucrativos, além das demandas públicas (defesa, rodovias e algumas formas de educação, por exemplo); impondo as leis e, como aquisição da Depressão de pós-30, utilizando a política fiscal e monetária (do ponto de vista ideal apenas um aumento constante, baseado no crescimento médio do PNB, no suprimento monetário), para atenuar os ciclos de negócios inerentes ao desenvolvimento da livre-empresa. O 'melhor Estado' é o 'menor Estado'.⁴

Por conseguinte, comportando-se conforme a análise acima, Gudin segue as posturas neoliberais para o capitalismo brasileiro; há, no seu pensamento, a preocupação de garantir o pressuposto da existência do Estado mínimo com políticas econômicas que garantam a estabilidade.

Fechando a discussão da relação estado-sociedade no ideário gudiniano, temos por último, porém não menos importante, o conceito de **Capitalismo de Estado**, que se refere ao socialismo real. Contrário às idéias marxistas - sendo que no seu ideário essas idéias são confundidas com a experiência do socialismo real - assim como à intervenção do Estado na economia,⁵ Gudin engloba essas duas iras em um único fenômeno e se volta contra o regime russo, que "de 'comunista' só tem o cartaz. O comunismo, no sentido primário que se lhe dá, de repartir com os pobres o que é dos ricos, nada mais é do que uma ilusão grosseira."⁶

4. CARNOY(1986, p. 313). "Para Adam Smith e para esta versão da teoria liberal, o Estado está em constante tensão entre fazer parte de uma sociedade civil definida em oposição ao imperfeito 'estado da natureza' (Hobbes e Locke), portanto uma expressão 'perfeita' da vontade coletiva, e inferior com a perfeição da sociedade civil (a mão invisível). Quanto mais o Estado for independente da vontade geral (e das necessidades materiais, como expressas na esfera econômica), maior será a sua probabilidade de agir imperfeita e corruptamente."(Idem, *ibidem*)

5. No ideário gudiniano não existe espaço para o reconhecimento das propostas capitalistas, que admitem o papel positivo da intervenção estatal; aceitar a intervenção estatal na economia significa para este autor abandonar a defesa do capitalismo; portanto, engloba na sua obra, como pertencentes ao mesmo discurso anticapitalista, tanto críticos do capitalismo como defensores que aceitam a participação do Estado na economia.

6. E. GUDIN, *Estatização de nossa economia*, p. 19.

E prossegue nesta linha de argumentação, sendo que este ponto, para nós, tem importância destacada: “O verdadeiro regime econômico dos Soviets é o do mais completo capitalismo de Estado. O operário e o camponês russos vivem, ainda que sob aspectos diversos, na mesma miséria e escravidão a que já estavam habituados, senão pior. Com uma só diferença: é que em vez de múltiplos capitalistas de outros tempos, o capitalista de hoje é um só: o Estado.”⁷

De acordo com esta passagem, o autor afirma que a forma de organização da União Soviética é o capitalismo de Estado e, por ser estatal, esta forma de ser capitalista é ineficiente: “Ora, se mesmo nos países mais adiantados, ainda é tão precária a máquina administrativa do Estado, se poucos são os países que até hoje conseguiram organizar essa máquina em bases racionais e independentes das influências políticas diretas, se a administração pública não pode dispensar, sem grande risco, um pesado aparelho de fiscalização e de controle que emperra o seu funcionamento, se ela está na sujeição permanente das assembleias políticas de deliberação coletiva, se o segredo da eficiência da administração particular no regime capitalista reside no incentivo da recompensa, na responsabilidade individual de cada empregado e na rapidez de deliberação e ação, se tudo isso são verdades evidentes, como pensar em entregar a complicada entrosagem técnica e administrativa da produção moderna ao Capitalismo de Estado?!”⁸

Virtude é o capitalismo, desastre é o capitalismo de Estado.⁹ Possibilidades que frutificarão estão no capitalismo, impossibilidade de sucesso reside no capitalismo de Estado - sinônimo de socialismo real - desembocadouro das idéias marxistas.

Para simbolizar a contraposição na qual Gudin se baseia para discutir o capitalismo de Estado, lembramos a passagem onde o contraponto é feito entre os Estados Unidos e a União Soviética: “Nos Estados Unidos, diz o Presidente ao seu povo: Gastem tudo o que ganham; façam circular o dinheiro e

7. *Idem, ibidem.*

8. *Idem, Ibidem*, p. 19-20.

9. Gudin não aborda a concepção marxiana de Estado; simplesmente rotula o Capitalismo de Estado na União Soviética como a viabilização da teoria marxiana. Não existe na obra do autor o enfrentamento das questões centrais sobre o Estado discutidas pelo marxismo; ao contrário, ele pratica a guerra do silêncio com relação a esta problemática. Para uma análise das concepções de Marx e seus seguidores a respeito do Estado ver: LENINE (1978) e CARNOY (1986).

movimentar os negócios. Na Rússia, ao contrário, Stalin, com a linguagem dos fuzis, que é eloqüente, exige que o povo reduza o consumo ao mínimo possível, impondo-lhe privações de toda ordem, para sugar os recursos necessários aos sucessivos planos quinquenais de aparelhamento industrial do Estado.”¹⁰

Aqui tivemos a síntese do conceito de capitalismo gudiniano. O ideal capitalista é representado pelas experiências dos países líderes deste modo de produção. Este é o modelo a ser seguido. O descaminho, a via a ser evitada, é o capitalismo de Estado, cujo arquétipo é a União Soviética, sendo que esse modelo soviético foi construído tendo como prévia-ideação, como inspiração teórica, as idéias marxistas que, postas em prática, só podem gerar uma deformação. Só existem no “cartaz” (na propaganda), pois quando praticadas negam seu efetivo objetivo. Na realidade, Gudin está explicitando com este posicionamento a oposição entre os sistemas: capitalista e socialista.

A discussão sobre a oposição entre os sistemas é analisada por Eugênio Gudin ao longo de sua obra e revela uma preocupação e envolvimento no debate ideológico do capitalismo com o socialismo. Este debate representa uma das suas preocupações centrais, ou seja, a análise da contradição capitalismo x socialismo. Estudioso e crítico de Marx, Gudin dialoga com este pensador nas questões concernentes ao capitalismo, socialismo, democracia, liberdade, enfim, vários temas que envolvem a sociedade contemporânea.

Perseguindo as colocações de Gudin desde o início, encontramos na sua conferência de 1936 a relação do modo de produção capitalista com as previsões marxistas. Apontando, já, uma primeira discordância, o autor recusa a identificação de capitalismo com o advento da era industrial, reafirmando sua tese, demonstrada neste estudo, de que o capitalismo é naturalista e uma técnica de produção, assim como não está confinado a uma determinação histórica específica: “A estrutura econômica que se firmou com o advento da era industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, deu à literatura socialista e comunista a denominação pouco adequada de capitalismo.”¹¹

10. E. GUDIN, *Estatização de nossa economia*, p. 20-21.

11. E. GUDIN, *Capitalismo e sua evolução*, p. 7.

Sabemos que esta divergência é expressa por vários autores. Dobb, em seu livro *A Evolução do Capitalismo*, comenta a questão com relação ao conceito de capitalismo: “Talvez não constitua total surpresa que o termo capitalismo, de tão ampla circulação na fala popular e na literatura histórica dos anos mais recentes, seja usado de forma tão variada e não tenha gerado acordo quanto ao seu uso. Mais notável ainda é que na teoria econômica exposta pelas escolas tradicionais o termo muito raramente ou nunca surgiu. Existe até uma escola de pensamento a que pertencem economistas e historiadores que se têm negado admitir a possibilidade de conferir significado exato ao capitalismo enquanto nome de um determinado sistema econômico. No caso dos economistas, isso se deve, em boa parte, a que conceitos centrais de sua teoria, como apresentados costumeiramente, modelam-se num plano abstrato desligados dos fatores historicamente relativos e somente em termos dos quais o capitalismo pode ser definido. No caso dos historiadores que adotam essa posição nülista, sua atividade parece advir de uma ênfase conferida à variedade e complexidade de acontecimentos históricos, tão grande que rejeita quaisquer dessas categorias gerais formadoras da tessitura da maioria das teorias de interpretação histórica e nega qualquer validade a linhas fronteiriças entre épocas históricas. Dizem que período algum da história é feito de um só tecido; e, como o capitalismo poderá ser mencionado abstratamente como descrevendo um aspecto que, em medida variada, caracterizou numerosos períodos da história; e fazer o levantamento das origens de qualquer ‘sistema’ é em geral uma busca vã que pode não ter fim, podemos desconfiar que tal atividade é reforçada por uma consideração mais tópica. Se o capitalismo não existe como entidade histórica, os críticos da ordem econômica atual que clamam por uma mudança de sistema estão lutando contra moinhos de vento; e especialmente Marx, que foi originariamente o responsável pelas observações a respeito de um sistema capitalista, seguia mero capricho ao levantar a questão.”¹²

Não reconhecendo a sociedade industrial como um modo de produção historicamente determinado e restrito a uma forma específica de sociedade, a sociedade da lógica do capital industrial, retruca: “O capital é tão antigo quanto a Civilização e não apareceu com a era industrial: apenas a Máquina e a Indústria, dando novo impulso a todos os elementos da produção e provendo

12. DOBB (1986, p. 3 e 4). Esta longa citação justifica-se por revelar nitidamente a corrente de pensamento e a postura metodológica a que Gudin se filia. Evidencia-se, na colocação de Dobb, que o nosso autor não é um solitário. Ao contrário, pertence a uma forte corrente de pensamento que luta pela defesa do capitalismo.

conseqüentemente o enriquecimento social, fizeram paralelamente aumentar a provisão dos recursos e economias indispensáveis a esse novo ritmo econômico bem como o número de indivíduos em situação de acumular.”¹³

Como contribuição a esta discussão, simplesmente para resgatar o debate existente em torno deste ponto, gostaríamos de mencionar o filósofo húngaro Istvan Mészáros, que afirma não ter Marx identificado capital com capitalismo, assim como a relação existente entre ambos não ser de simultaneidade genética. Não se nega em Marx a existência do capital anterior ao capitalismo. Segundo Mészáros, o filósofo alemão batizou a sua principal obra sobre o capitalismo de O CAPITAL e não de O CAPITALISMO. A rigor, Capital “*é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece - na forma de capital ‘monetário’, ‘mercantil’ etc. - vários séculos antes da formação social do CAPITALISMO enquanto tal emergir, e se consolidar.*” (MÉSZÁROS, 1990, p. 143)

Marx estudou as várias formas “*do capital e suas transações de uma a outra, até que eventualmente o CAPITAL INDUSTRIAL se torne a força dominante do metabolismo sócio-econômico e objetivamente defina a fase clássica da formação capitalista. O mesmo é verdadeiro para ‘a produção de mercadorias, que não pode ser identificada como a produção capitalista de mercadorias. A primeira precede a última novamente de muitos séculos, requerendo, assim, uma definição precisa das especificidades históricas do modo capitalista de produção de mercadorias, necessariamente, transforma-se em produção capitalista de mercadorias, num momento dado’* (Marx ‘Marginal Notes on Wagner’, p. 228, de Value Studies by Marx, London: New Park Publications, 1976).” (MÉSZÁROS, 1990)

Gudin, como mostra a citação acima e as páginas anteriores, enxerga o capitalismo naturalista como contendo uma lógica natural de acumulação, cuja gênese é tão antiga quanto o homem. Logo, faz parte da natureza humana ser capitalista.

E mesmo Marx (com quem Gudin está dialogando explicitamente) reconhece a existência histórica do capital antes do capitalismo. Porém, são dois reconhecimentos distintos. Em Marx, capital e capitalismo são duas categorias históricas, analisadas no seu processo de constituição. Já em Gudin, são

13. E.Gudin, *Capitalismo... Op.cit.*, p. 7.

categorias naturais e vistas numa perspectiva técnica, sendo ambas eternas. Na análise marxiana, capital e capitalismo não coincidem, mas o capitalismo encontra a sua forma plena na sociedade industrial. No pensamento gudiniano, capitalismo e sociedade industrial é que são distintos, e o capitalismo, como técnica de produção, é uma racionalidade do trabalho humano desde o início da humanidade.

Na visão de Gudin, a economia é um fator com uma lógica imanente; portanto, enxergar mudanças e crises é atribuir a esta lógica nuances do outro fator, o político. Ou seja, enxergar com os olhos da paixão política e perder a noção real dos fatos econômicos.

Confirmaremos tal fato na sua fala: *“Marx, que era judeu, foi em sua juventude poeta e romântico. Sua obra que aqui vou rapidamente comentar sob o exclusivo aspecto econômico, reflete a capacidade de imaginação do poeta, como o espírito messiânico próprio do judeu, que lhe dava gosto das profecias e dos apocalipses. Na sua ânsia de prever o futuro, Marx não se deteve a analisar e meditar o passado. Se Marx tivesse estudado e meditado a história, teria verificado que as crises econômicas existiram em todos os tempos e em todas as civilizações e que essas crises, como ele presenciou e como as presenciamos hoje, tiveram sua origem em fatores e causas de ordem política e não de ordem econômica.”*¹⁴

Marx não enxergou adequadamente a história, segundo Gudin, porque prevaleceu o seu lado aventureiro, que teria desvirtuado a sua análise da história e esta teria acabado por negar o caráter natural das categorias econômicas. Viu crise econômica onde só existia crise política.

Tendo essas premissas como sustentáculo, o economista avança na sua crítica: *“Até na história do Egito se descobrem vestígios de grandes crises. Na Grécia, em Roma, em Bizâncio encontramos crises de produção, crises monetárias, sempre como consequência de acontecimentos políticos”*. E nessa linha de argumentação evoca Ricardo, o economista inglês: *“Ricardo, o grande economista que viveu de 1772 a 1823, período repleto de crises, via a sua origem em três causas essenciais: a passagem da paz para a guerra, a passagem da guerra para a paz e os impostos do povo.”*¹⁵

14. E. Gudin, *Capitalismo... Op.cit.*, p. 7-8

15. *Idem, ibidem*, p. 8

Eugênio Gudín reduz a obra de Ricardo (que segundo o próprio Marx, foi o mais célebre economista burguês) a uma visão simplificada e fatalista, que omite o verdadeiro sentido da análise marxiana, calcada em princípios econômicos e históricos para explicar o capitalismo¹⁶ O economista brasileiro acredita, ao contrário de Ricardo, que a crise não existe na economia. “A crise em que o mundo ainda hoje se debate não teve outra origem senão a da Guerra que durante 4 anos devastou vidas e riquezas e em que os sacrifícios consentidos pelas nações combatentes atingiram tão flagrante desproporção com os próprios objetivos visados por qualquer delas. A crise que presenciamos apenas difere de outras muitas que a história registra, por sua generalidade e intensidade, mas não por sua natureza nem por seus fatores causais. Quem lê os artigos de jornais de 1857, relativos à crise desse ano, tem a ilusão de estar lendo os jornais de hoje, tão semelhante são os seus aspectos. A crise de inflação pelo rápido aumento de riqueza, que se verificou nos Estados Unidos depois da Grande Guerra, é a repetição do que se passou em Roma depois da última Guerra Púnica. Entretanto Marx, se ainda vivo estivesse, aí estaria a apontar a crise atual como a realização de suas profecias catastróficas.”¹⁷

Repetindo seu comportamento analítico habitual, já por nós assinalado anteriormente, igualando períodos históricos diferentes e reduzindo-os ao mesmo denominador comum, Gudín pretende destruir a análise de Marx e oferecer a sua, que é calcada na abstração das diferenças históricas que subtrai as especificidades de cada momento. Ou seja, exatamente o material que nos dá condições de concretar a análise. Marx já assinalara, mais de uma vez: o que nos explica o real não é a semelhança e sim a diferença. Porém Gudín, detendo-se na postura analógica - reconhecendo só o que há de comum entre as diferentes épocas -, identifica as crises no plano geral abstrato; portanto, acha-as todas iguais. Nada nos diz sobre elas: como surgiram? qual a sua natureza e como foram resolvidas no plano histórico-concreto?

16. Para o reconhecimento da profundidade da análise ricardiana, ver a obra de Marx, *Miséria da Filosofia*, onde, na contraposição com Proudhon, o mestre alemão demonstra o alcance da visão de Ricardo na análise da produção capitalista.

17. E. GUDÍN, *Capitalismo... op.cit.*, p. 8-9.

Para Gudin, a história é linear, não existe movimento contraditório. Decifrar a história é pontuar eternas semelhanças. Semelhanças que indicam ser o pressuposto das crises, sempre, o fator político. O centro desta maneira de ver o mundo é a rejeição do conceito histórico de modo de produção capitalista e a sua substituição por capitalismo naturalista.

Assim como Gudin não aceita o conceito de capitalismo, também não concorda com o conceito de comunismo. Passaremos agora a discutir algumas passagens nos quais este autor faz estas colocações, pois tais trechos reforçam o que temos evidenciado até agora, tanto do ponto de vista histórico como do metodológico: *“Se imprópria é a denominação de capitalismo dada ao sistema econômico da Civilização ocidental, não menos imprópria é a de ‘comunismo’ dada a estrutura econômica tártaro-judáica que os dirigentes da Rússia imaginam impor ao resto do mundo e que nada mais é do que um regime do mais feroz capitalismo de Estado.”*¹⁸

Negando ambos os conceitos, capitalismo e comunismo, o primeiro em função de seu não-reconhecimento a um período histórico determinado e o segundo pelo reconhecimento de que a experiência soviética só pode ser o capitalismo de Estado, Gudin descreve o que acredita ser a teoria econômica marxiana: *“O cartaz marxista de ‘comunismo’ procura fazer crer que o regime soviético representa a realização prática das idéias de Marx e Engels, cuja essência é a reivindicação para o operário da ‘plus value’ ou ‘valor de produção’ correspondente a seu trabalho. Essa noção de ‘plus value’ é muito simples: para se fabricar um produto ou objeto qualquer são necessários vários elementos, como matéria-prima, energia consumida pelas máquinas, desgaste dos mecanismos, despesas gerais, etc. O total desses elementos tem um certo valor e o produto manufaturado tem um valor, naturalmente maior do que o desse total dos elementos utilizados em sua fabricação, sem o que a indústria não teria qualquer incentivo ou razão de existir. A diferença entre o valor do produto manufaturado e dos elementos que entraram na sua composição, é o que se chama de ‘plus value’ ou ‘valor de produção’.”*¹⁹

18. *Idem, ibidem*, p 13.

19. *Idem, ibidem*.

Se, por um lado, pode-se constatar que as experiências do socialismo real são deveras problemáticas (não só na União Soviética), por outro, atribuí-las como decorrência da obra marxiana e buscar neste ideário a justificativa do que lá ocorreu é tarefa árdua para Gudin, pois ele se vê obrigado a encaixar a realidade soviética na teoria da mais-valia e termina por deformá-las.

Demonstrando os malabarismos que Gudin realiza na citação anterior, chegaremos a uma nova teoria sobre a “*plus-value*”. Começemos por suas colocações sobre a formação do valor. Marx jamais se referiu a esse conceito dessa forma. Alguns pontos precisam ser esclarecidos.

Gudin afirma, por exemplo, que a mais-valia é a diferença entre o valor do produto e os elementos que entraram na sua composição. E mais, que o criador da teoria da mais-valia defende a idéia de que esta diferença - o sobretrabalho - deve pertencer ao trabalhador.

Em primeiro lugar, é necessário explicitar que a conceituação de mais-valia, em Marx, constrói-se a partir da discussão da jornada de trabalho. E, dentro da jornada de trabalho, é a diferença entre trabalho excedente e trabalho necessário que forma a “*plus-value*”. Portanto, este mais-valor a que se refere Gudin é a diferença entre o valor de uso e o valor de troca da força de trabalho. Entre o valor pago por ela e o valor que ela cria.

Para não deixarmos pairar nenhuma dúvida sobre o conceito de mais-valia de Marx e as diferenças enunciadas por Gudin acerca do mesmo, vamos reproduzir as palavras de Marx, no capítulo VII - “A Produção da Mais-Valia” - da obra: *Salário, Preço e Lucro*: “*Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade, imprescindíveis à vida de um operário, exija 6 horas de trabalho médio para a sua produção. Suponhamos, além disso, que essas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o preço ou a expressão em dinheiro do valor diário da força de trabalho desse homem. Se trabalhasse 6 horas diárias, ele produziria diariamente um valor que bastaria para comprar a quantidade média de seus artigos diários de primeira necessidade ou para se manter como operário. Mas o nosso homem é um obreiro assalariado. Portanto, precisa vender a sua força de trabalho a um capitalista. (...) Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o*

capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda semana. (...) O valor da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o uso dessa força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. O valor diário ou semanal da força de trabalho difere completamente do funcionamento diário ou semanal dessa mesma força de trabalho; são duas coisas completamente distintas, como a ração consumida por um cavalo e o tempo em que este pode carregar o cavaleiro. A quantidade de trabalho que serve de limite ao valor da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar. (...) Este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é o que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do assalariado (...). A taxa de mais-valia dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o sobre tempo ou sobre trabalho realizado para o capitalista.”(MARX, 1978b, p. 163-164)

Fomos obrigados a conviver com esta longa citação, mas no caso se faz necessário, visto que se trata de um ponto bastante polêmico, pois o entendimento adequado do que realmente Marx produziu com relação a este conceito é a melhor forma de enfrentar essa divergência.

Caracterizadas e qualificadas - na voz de cada um dos autores - as diferenças entre o conceito de mais-valia de Gudin e o de Marx, gostaríamos de destacar outro ponto desta discussão a ser esclarecido. Gudin afirma “*que a mais-valia é o que Marx e Engels entendiam como pertencente ao capitalista.*”²⁰ Esta é outra divergência da análise de Marx com relação ao modo de produção capitalista e também ao conceito de mais-valia.

Afirmamos que seria muito mais natural a Marx, se assim pensasse, lutar não pela transformação do sistema, mas somente para a sua reforma. Porém, a pergunta que se coloca diante desta questão é: que conseqüências traz no nível do debate ideológico essa leitura que Gudin faz de Marx? Falar que Gudin lê Marx com lentes próprias não causa espanto e não avança muito na análise de sua obra. Trata-se de mostrar e analisar qual o resultado deste tipo de conclusão.

20. “É essa ‘plus value’ que Marx e Engels entendiam que devia toda pertencer ao operário e não ao capital.” E. GUDIN, *Capitalismo...*, op.cit., p. 14.

Se para Marx é impossível, dentro do capitalismo, pensar em salário igual ao valor produzido pelo trabalho, pois inexisteria acumulação (portanto, não haveria modo de produção capitalista), então, qual a verdadeira origem desta postura?

Esta proposta que Gudin embute na fala marxiana apóia-se em Proudhon - como vamos elucidar nas palavras do próprio Marx na obra *Miséria da Filosofia* -, socialista pequeno burguês ligado ao movimento dos trabalhadores à época de Marx e Engels. Antes de Proudhon, foram os socialistas ricardianos que mencionaram tal anseio e estes também são analisados criticamente por Marx - como utópicos -, apesar de Marx fazer uma distinção entre a posição dos socialistas ricardianos e a de Proudhon. Enquanto os primeiros são utópicos, o segundo é prisioneiro de uma visão romântica da lei do valor-trabalho, pois vivem momentos diferentes do desenvolvimento histórico do capitalismo. Os socialistas ricardianos ainda podiam lutar na perspectiva do trabalho - pelo “salário justo” -, pois a própria realidade não tinha se desenvolvido até o ponto de tornar tão transparente a contradição capital-trabalho nos moldes constatáveis à época de Proudhon e de Marx. Já Proudhon, não; não enxergar a transparência destas contradições, segundo Marx, seria subsumir-se à lógica do capital. Nas palavras do pensador alemão, temos a elucidação do mencionado: *“Em definitivo, a determinação do valor pelo tempo de trabalho, isto é, a fórmula que o Sr. Proudhon nos brinda como regeneradora do porvir, não é, portanto, mais que a expressão científica das relações econômicas da sociedade atual, como o demonstrou Ricardo, clara e nitidamente, muito antes do Sr. Proudhon. Mas não pertencerá, pelo menos, ao Sr. Proudhon, a aplicação ‘igualitária’ dessa fórmula?”* E indo mais fundo na análise do pensador francês, Marx nos mostra bem o que significa essa postura: *“Quem quer que conheça, pouco que seja, o desenvolvimento da economia política na Inglaterra, não poderá ignorar que quase todos os socialistas desse país propuseram, em diferentes épocas, a aplicação igualitária da teoria ricardiana.”* (MARX, 1977, p. 67-68)

Gudin transforma Marx em Proudhon, ou seja, na proposta identificada por Marx como atrasada para o movimento dos trabalhadores na sua luta contra o capital. Gudin reconhece Marx como crítico do sistema capitalista. Porém, continuando na detecção das conseqüências desta atitude gudiniana, ao transformar Marx num tímido contestador, segundo os moldes proudhonianos, acaba enfraquecendo sua crítica, tornando-a vulnerável à sua “destruição”.

Essa visão de Marx como poeta, romântico, dado a fantasias e apocalipses, atribuída a Marx por Gudin em vários de seus textos,²¹ combina com a análise proudhoniana. Aliás, Gudin não indica nem como nem onde Marx teria escrito o que escreveu.

Marx, ao reportar-se à discussão do salário, refere-se, conseqüentemente, à teoria da mais-valia, pois esta é a leitura marxiana do capitalismo enquanto modo de produção. A análise de Gudin não menciona esta relação. Segundo nossa metodologia de trabalho, a análise imanente revela a postura do autor, tanto em função do que percebemos na sua fala como também do que ele não fala, ou seja, do que omite. E, na comparação das duas obras - uma é analisada pela outra, pois Gudin analisa Marx -, fica-nos claro que as partes que Gudin não menciona dão-nos, em alguma medida, a sua postura diante do sistema e de Marx.

Marx condiciona a forma de troca com a forma de produção: *“Em geral, a forma de troca dos produtos corresponde à forma de produção. Modificai esta última e, como conseqüência, modificar-se-á a primeira. Por isso, na história da sociedade, vemos que o modo de trocar os produtos é regulado pelo modo de produzi-los. O intercâmbio individual corresponde, também, a um modo de produção determinado que, por sua vez, responde ao antagonismo de classes. Não pode existir, portanto, intercâmbio individual, sem antagonismos de classes. Mas a consciência do bom burguês (...), não pode deixar de ver nessas relações antagônicas, umas relações baseadas na harmonia e na justiça eterna, que não permite a ninguém velar pelos próprios interesses à custa do próximo. A juízo do burguês, o intercâmbio individual pode subsistir sem antagonismo de classes: para ele esses dois fenômenos não guardam a menor relação entre si. O intercâmbio individual, tal como se afigura ao burguês, tem muito pouca afinidade com o intercâmbio individual tal como se pratica.”*(MARX, 1977, p. 75)

Tendo como suposto a crítica de Marx, percebe-se que inexistente o salário justo, tendo em vista a impossibilidade da realidade capitalista incorporar tal proposta. A forma como trocar força de trabalho por salário está determinada

21. Ver também os seguintes textos de E. Gudin in *Digesto Econômico*: Marx, O Economista, nov./dez., 1967. Este texto foi elaborado pelo autor em comemoração do centenário da publicação do 1º volume de *O Capital* de Karl Marx. E, O Cinquentenário da Revolução Comunista, jan./fev., 1968.

pela forma como se produz e reproduz a vida material dentro do modo de produção capitalista; para alterarmos a forma de trocar é necessário alterarmos a forma de produzir as nossas vidas. Sendo assim, Marx não se coloca pela reforma e sim pela transformação do regime do salariado. E é por isso, a nosso ver, que Gudin transmite as idéias de Marx da forma apresentada acima. Ou seja, a qualquer postura que aponte para a superação do capitalismo e conseqüentemente para o fim do regime de salariado, o renomado economista neoliberal reage.

II

Terminada a II Guerra Mundial, Gudin enriquece esse debate que mantém com o marxismo desde os seus primeiros escritos. Como arma ideológica para reafirmar estes pressupostos, Gudin abre outra linha de argumentação, encontrando no estado providencial o *welfare state* um porto seguro para desdobrar a sua posição. Não discute o *welfare state* a partir dos seus pressupostos, muito menos apresenta uma análise crítica do seu significado. Habilmente utiliza-o como prova da superação definitiva do marxismo como alternativa ao capitalismo.²²

Não enfrenta profundamente esta problemática. Não questiona se esta forma de organizar o capitalismo coloca em xeque a sua proposta do novo liberalismo, não opina sobre a relação estado e economia no *welfare state* até as suas últimas conseqüências, pois se enfrentasse esse ângulo da discussão, segundo o que analisamos do discurso gudiniano, tornaria este exemplo imprestável para os seus propósitos.

Portanto, comentando esta proposta pela franja, utiliza-a como demonstração do fracasso da análise de Marx. Este conceito, para o autor, só tem essa finalidade, de desmoralizar a proposta do escritor alemão, tanto que são raros os momentos em que é mencionado o *welfare state*, e quando isto acontece aplica-o somente nesta direção, jamais para fazer a sua defesa. Na década de

22. Sobre este tema ver DOSSIÊ WELFARE STATE in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22, outubro de 1988, e Francisco de OLIVEIRA, A Economia Política da Social-Democracia, in DOSSIÊ Liberalismo/Neoliberalismo, *Revista USP*, n. 17, 1993.

50, lembrando Hayek,²³ frisa: “Disse o eminente e conhecido Professor Hayek (O Caminho da Escravidão) que ‘o socialismo está morto; foi substituído pelo Estado Providencial (Welfare State)’. A supressão da propriedade privada dos meios de produção é um objetivo superado.”²⁴ E, anos mais tarde, retoma na mesma direção: “As experiências do após-guerra vieram trazer dois novos e importantes subsídios de caráter econômico e social, capazes de exercer séria influência sobre a evolução das idéias socialistas. A primeira foi a experiência da ‘economia do bem-estar’ (**welfare state**) realizada na Inglaterra pelo governo socialista e mantida, em sua quase totalidade, pelo governo conservador. Consiste, principalmente, na socialização da assistência médica, nas facilidades educacionais e na maior segurança da previdência social, conjunto que constitui uma grande barreira contra a miséria.”²⁵

E continua: “A segunda experiência foi a do sucesso espetacular do sistema capitalista na Alemanha, na Itália, na França e na própria Inglaterra, com o qual a Europa ocidental atingiu um grau de prosperidade econômica sem precedente em sua história. O progresso da técnica, exigindo cada vez mais operários especializados, de alto salário, e cada vez menos trabalhadores braçais, permite a ascensão à classe média de vastos setores de assalariados.”²⁶

Estas conquistas abalaram os próprios socialistas: “A lição dessas duas experiências e após-guerra, conjugada com uma repartição menos desigual da renda, graças às altas taxas do imposto, fez despertar no espírito de muitos socialistas a dúvida sobre se de fato a comunização da propriedade dos meios de produção é necessária para atingir os objetivos sociais e humanos que eles têm em vista.”²⁷

23. "HAYEK, Friedrich August von. Economista austríaco (1899-1992), naturalizado inglês, representante da corrente neoliberal, contrária a qualquer intervenção do Estado na economia. Ganador do Prêmio Nobel de Economia de 1974, juntamente com Gunnar Myrdal. Membro da Escola Austríaca neomarginalista. Hayek refundiu a teoria do ciclo econômico de Von Mises integrando-a com a teoria do capital de Böhm-Bawerk, e desenvolvendo um sistema teórico para a análise das modificações na estrutura de produção, de acordo com as flutuações do nível geral da atividade econômica. (...) Obras Principais: *Monetary Theory and Trade Cycle*, 1929 (Teoria Monetária e Ciclo Econômico); *Price and Production*, 1931 (Preços e Produção); *Profits, Interest, Investment*, 1939 (Lucros, Juros e Investimento); *The Pure Theory of Capital*, 1941 (A Teoria Pura do Capital); *The Road to Serfdom*, 1944 (O Caminho da Servidão); *Individualism and Economic Order*, 1948 (O Individualismo e a Ordem Econômica); *The Constitution of Liberty*, 1961 (A Constituição da Liberdade); *Law, Legislation and Liberty*, 1961 (Lei, Legislação e Liberdade); e *Denationalisation of Money*, 1976 (A Desnacionalização do Dinheiro)." P. SANDRONI (cons.) *Dicionário de Economia*, op. cit., p. 193.

24. E. GUDIN, *Inflação ... op cit.*, p. 251.

25. *Idem*, *Análise de Problemas Brasileiros*, p. 129-130.

26. *Idem*, *ibidem*, p. 130.

27. *Idem*, *ibidem*.

Cumprido o papel de questionar a proposta marxiana, Gudin protege-se de possíveis entusiasmos em relação ao estado providencial e lembra o princípio capitalista da concorrência simbolizado no par desafio-estímulo: “*Não há hoje, em país algum do mundo, partido político que deixe de incluir, em maior ou menor grau, a assistência social em seu programa. O que há são divergências QUANTO À EXTENSÃO E QUANTO À FORMA dessa sistemática. Discute-se, por exemplo, quanto à extensão, até que ponto uma absoluta garantia de assistência pelo Estado pode afrouxar o estímulo ao esforço e ao trabalho. ‘Quanto maior o desafio, maior o estímulo’, escreve Toynbee.*”²⁸

Caminhando nesta discussão na direção evitada por Gudin, percebemos que a obra de Hayek *O Caminho da Servidão*²⁹ foi edificada para a crítica do estado do bem-estar social - o *welfare state* - e inaugurar a postura neoliberal.³⁰ Sabiamente, a crítica realizada na pena gudiniana privilegiou dentro da análise hayekiana somente o que lhe interessava no momento, ou seja, os elementos

28. *Idem, ibidem*, p. 130-131. (Grifos do autor)

29. A tradução desta obra de Hayek costuma aparecer na forma mencionada acima, porém Gudin se refere a ela como *O Caminho da Escravidão*, como vimos mais acima.

30. “*Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna’. Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Ai se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.*” Perry Anderson, *Balanco do Neoliberalismo* in Emir Sader, Pablo Gentili (org.), *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*, p.7-8.

que podiam ser utilizados como artilharia contra a visão marxiana da economia capitalista. Sendo assim, não ficou explicitada a posição contrária ao *welfare state*. Ela aparece na penumbra, garantindo que a carga maior recaía predominantemente na concepção do filósofo alemão.

Um exemplo do dito nas linhas antecedentes é o depoimento de Carneiro: *“Em artigo escrito em abril de 1972, Eugênio Gudín dá um sentido novo ao capitalismo de hoje, recusando-se a atribuir-lhe a conotação sinônima de regime retrógrado, desumano, perverso. As modificações por que passou no curso deste século justificam, a seu ver, que lhe dê, doravante, a denominação de social-capitalismo.”*³¹

Comprovemos, nas palavras de Gudín, a citação de Carneiro: *“... ‘o capitalismo que Marx invectivava era muitíssimo diverso do que hoje se entende pelo mesmo nome. Era de fato um regime desumano em que o proletariado era quase escravo, em que mulheres e crianças trabalhavam dez e mais horas por dia, em que não havia sombra de legislação social nem imposto de renda apreciável’.*”³²

Mas esta realidade foi superada e a potencialidade que Gudín mostrou no capitalismo realizou sua efetividade. Carneiro, citando as frases gudínianas, comprova esses pontos: *“O capitalismo de hoje, com suas classes operárias organizadas, dignificadas e participantes, é coisa inteiramente diferente. É o que se poderia chamar de Social-Capitalismo. As previsões de Marx, que eram simples extrapolações do que acontecia no seu tempo, foram inteiramente desmentidas. Em vez de empobrecimento das massas nos países capitalistas, verificou-se uma melhoria de padrão de vida sem paralelo na história’.*”³³

As colocações precedentes fundamentaram a nossa argumentação com relação à posição do escritor brasileiro neoliberal, que introduz no seu pensar uma indicação genérica do *welfare state*, aliás somente enquanto luta

31. PE. Berredo CARNEIRO, O exemplo e a lição de Eugênio Gudín - traços de sua personalidade, in: Alexandre KAFKA et alii, *Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos*, p. 14-15.

32. *Idem, ibidem*, p. 15.

33. *Idem, ibidem*.

ideológica contra o marxismo.³⁴ Esta postura é mais uma prova da marca de sua trajetória pela defesa do sistema, aceitando ao máximo a sua modernização, sem questionar jamais os seus pressupostos neoliberais. A margem possível de suas posições é dada pelos contornos do próprio sistema capitalista.

Para finalizar esta discussão, gostaríamos de frisar que, para o autor, segundo todos os momentos que analisamos até agora, o capitalismo se põe como a realização do homem natural, que objetiva sua essência na economia de mercado - vista também como natural - movida por uma lógica imanente, que tende ao auto-ajuste. Portanto: eterna, cabendo somente aperfeiçoá-la, visto que sempre esteve presente no homem como elemento intrínseco de sua natureza. Consubstancia assim a visão anistórica do capitalismo, não havendo fronteiras nesta forma de ser do econômico: “*De fato, alguns economistas sequer acreditam que seja útil definir sistemas econômicos diferentes; eles acreditam numa continuidade histórica, na qual os mesmos princípios gerais são suficientes para compreender todos os ordenamentos econômicos.*” (HUNT, 1978, p. 25)

Depois do que foi apresentado e discutido até agora, podemos afirmar que Gudin filia-se a esta corrente de pensamento à qual Hunt menciona na Introdução de seu livro *História do Pensamento Econômico*. É uma visão sobre a gestão do econômico que sustenta sua realização por meio da razão técnica - neutra segundo estes autores -, pois focalizaria simplesmente a otimização dos fatores de produção, gerando o bem comum para a sociedade, válido para todos os tempos.

BIBLIOGRAFIA EUGÊNIO GUDIN

Livros

GUDIN, E. *Para um mundo melhor. Ensaios sobre problemas de após-Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943. 228 p.

34. Carneiro na sua fala ilustra, através de Gudin, o sentido de nossas colocações: “O nosso atual regime sócio-econômico, que propôs designar por social-capitalismo, a saber, adoção de processos capitalistas para atingir objetivos sociais, desenha-se bem nas várias instituições como INPS, FGTS, PIS, siglas já bem conhecidas.” (Idem, *ibidem*).

- _____. *Para um Brasil melhor*. Rio de Janeiro: APEC, 1943. 440 p.
- _____. *Princípios de economia monetária*. O vol. 1 surgiu em 1943, editado pela Civilização Brasileira, e o vol. 2 em 1952, pela Agir. A partir da 3ª ed. revista de 1965, da Agir, sabe-se, pela nota da 9ª ed., que a 5ª e 7ª são edições revistas e aumentadas.
- _____. *Inflação e economia de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.
- _____. *A rendição da guarda e outros escritos*. Rio de Janeiro: Agir. 74 p.
- _____. *O desafio aos alicerces da civilização*. Rio de Janeiro, set. 1952, p. 47-77.
- _____. *Comércio interno e externo*. Balança de pagamentos. (9s. 1) Escola Superior de Guerra, 1958.
- _____. *Inflação, importação e exportação: café, crédito, desenvolvimento, industrialização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959. 262 p.
- _____. *Análise de problemas brasileiros* (coletânea de artigos - 1958-1964). Rio de Janeiro: Agir, 1965. 512 p.
- SIMONSEN, Robert C. S. & GUDIN, Eugênio. *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira no final do Estado Novo. Introdução de Carlos von Doellenger. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. p. 41-56. (Reeditado em 1979).
- _____. *Reflexões e comentários: (1970-1978)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. 319 p. (Colégio Brasil século 20).
- _____. *O pensamento de Eugênio Gudin*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978. 534 p.
- _____. *Eugênio Gudin centenário de nascimento - 1986*. Rio de Janeiro: Museu da Fazenda Federal, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986. 55 p.

Artigos

- GUDIN, E. Notas sobre orçamentos, conversibilidade e estabilidade. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1929.
- _____. Origens da crise mundial, política econômica do Brasil, política financeira e Relatório Niemeyer. *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1932. 116 p. (Coletânea de artigos publicados em *O Jornal*)
- _____. Câmbio e café: 1933-1934. *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1934. 22 p.
- _____. Capitalismo e sua evolução. Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1936. 60 p.

- _____. *Educação e Riqueza*, s.n. 1937.
- _____. *Rumos da política econômica*. Relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre Planificação da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Laemmert, 1945. 135 p. In: SIMONSEN, Robert C. S. & GUDIN, Eugênio. *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira no final do Estado Novo. Introdução de Carlos von Doellinger. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977. p. 41-56. (Reeditado em 1979).
- _____. Análise da situação econômica e monetária do Brasil. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1946.
- _____. A rendição da guarda. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo, ano IV, 62, p. 60-68, jan. 1950.
- _____. Planejamento econômico. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo, ano VII, 77, p. 30-40, abr. 1951.
- _____. O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 3, p. 47-77, set. 1952.
- _____. Produtividade. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, maio/jun. 1954. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo, ano X, n. 114, maio de 1954. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, set. 1954.
- _____. Salário mínimo. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo, ano X, 118, p. 5-11, set. 1954.
- _____. A formação do economista. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1, p. 53-70, mar. 1956. *Digesto Econômico*. São Paulo, 131, p. 57-65, set./out. 1956.
- _____. Estatização da nossa economia. *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, 9, p. 3-25, set. 1957 (Comentários à Conferência - p. 15-25).
- _____. Comments on the paper of José Antonio Mayobre. On: *Global programming as an instrument of economic development policy*. Rio de Janeiro, 1957, 6f (Mesa redonda da Associação Econômica Internacional. Rio de Janeiro 1957. Paper 2a) (Mimeografado).
- _____. Estrutura do ensino das ciências econômicas. *Digesto Econômico*. São Paulo, 139, p. 5-9, jan/fev. 1958. (Conferência pronunciada no Centro Acadêmico Visconde de Cairú em 18 de novembro de 1957).
- _____. A inflação e a luta de classes. *Digesto Econômico*. São Paulo, 157, p. 51-52, jan./fev. 1961.
- _____. Recente evolução do sistema capitalista. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 20, n. 174, p. 96-107, nov./dez. 1963 (Conferência realizada na Federação do Comércio do Estado de São Paulo).

- _____. Ciclos econômicos. *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 106/107, jan./fev. 1964. *Digesto Econômico*. São Paulo, 176, p. 100-111, mar./abr. 1964.
- _____. Marx, o economista. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 22, n. 198, p. 117-27, nov./dez. 1967.
- _____. O cinquentenário da revolução comunista. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 23, n. 199, p. 5-7, jan./fev. 1968.
- _____. A experiência cubana, um drama de imaturidade. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 26, 115, p. 112-3, set./out. 1970.
- _____. A formação do economista no Brasil. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 32, n. 246, p. 67-72, nov./dez. 1975.
- _____. Depoimento. *CPDOC/História Oral*, FGV-RJ, 192.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Livros

- ABREU, M. de Paiva (org.); Dionísio Dias CARNEIRO *et alii*. *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989*. RJ: Campus, 1992.
- ANAIS do 1º Congresso Brasileiro de Economia. RJ, 1944, v. 2.
- ANAIS do 1º Congresso Brasileiro de Economia (I). RJ, 1945, v. 1.
- BARAN, P. A & SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. RJ: Zahar, 1974.
- BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia - de Maquiavel a Adam Smith*. SP: Hucitec, 1988.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. RJ: IPEA/INPES, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade - para uma teoria geral da política*. RJ: Paz e Terra, 1987.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. RJ: Zahar, 1981.
- BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. SP: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1986.
- CARTA econômica de Teresópolis. Conferência das classes produtoras. RJ, 1945.

- COLLETTI, Lucio. *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*. 3ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 2ª ed. SP: Nova Cultural, 1986.
- _____. *Economia del bienestar y economía del socialismo*. México: Siglo Veintiuno, 1971.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Ed. Estampa, 1974.
- GOUVÊA, Gilda Portugal. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. SP: Paulicéia, 1994.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*, SP: Nova Cultural, 1985.
- HIRSCHAMAN, Albert O. *Enfoques alternativos sobre la sociedad de mercado y otros ensayos más recientes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- HOMENAGEM a Eugenio Gudin. Rio de Janeiro: EPGE, 1976. 30p.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. RJ: Campus, 1985.
- KAFKA, Alexandre et alii. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. 148p.
- LAMOUNIER, Bolivar; CARNEIRO, Dionísio & ABREU, Marcelo Paiva. *50 anos de Brasil: 50 anos de Fundação Getúlio Vargas*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- LENINE, V. I. *Obras escolhidas*. SP: Alfa-Ômega, 1979. T. 1.
- _____. *O estado e a revolução*. SP: Hucitec, 1978.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. SP: Abril Cultural, 1982.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México: Ediciones Grijalbo, 1972.
- _____. *Existencialismo ou marxismo?* SP: LECH, 1979.
- _____. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Ontologia do ser social - os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. SP: LECH, 1979.
- _____. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Versão italiana de Alberto Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. SP: Abril Cultural, 1982.
- _____. *A crise do capital*. SP: Ensaio/Ed. Unicamp, 1990.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. SP: Abril Cultural, 1978a.
- _____. *Miséria da filosofia*. SP: Grijalbo, 1977.
- _____. *O capital*. SP: Abril Cultural, 1983/1985. 3v.

- _____. *Salário, preço e lucro*. SP: Abril Cultural, 1978b.
- REGO, José Márcio. *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Biental, 1991.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. SP: Abril Cultural, 1982.
- RODRIGUES, M. A. B. *A determinação do 'momento ideal' na ontologia de G. Lukács*. Tese de Mestrado. São Paulo: PUC, 1990.
- SADER, Emir & Gentili (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. RJ: Paz e Terra, 1985.
- SANDRONI, Paulo (consultoria). *Dicionário de economia*. SP: Abril Cultural, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. *Tempos de Capanema*. RJ e SP: Paz e Terra e EDUSP, 1984.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. SP: Abril Cultural, 1983.
- VIEIRA, Rosa Maria. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia*. Tese de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1988.
- VILLAR, Pierre. *Pensar la história*. México: Cuadernos Secuencia, 1992.

Artigos

- ABREU, Marcelo Paiva. Contribuições de Eugênio Gudín ao pensamento econômico brasileiro. *Literatura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, out. 1984.
- BULHÕES, Octávio Gouvêa de. Eugênio Gudín. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, jun. 1986.
- _____. Retrato de Eugênio Gudín por Octávio Gouvêa de Bulhões. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 5-7, jan/mar 1986.
- CAMPOS, Roberto. Eugênio Gudín, a dimensão política. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 35-36, jun. 1986.
- _____. O importante é ver o que os outros não vêem. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 2, n. 318, p. 10-4, maio/jun. 1986.
- CARONE, Edgar. Roberto C. Simonsen e sua obra. *Revista de Administração de Empresas*. RJ, out. 1971.
- CHACEL, Julian M. Fórmulas para privatizar. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 25-26, jun. 1986.
- CONJUNTURA *Econômica*. GUDÍN, profeta de um século. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p.13-14, jun. 1986.

- DIGESTO *Econômico*. O PENSAMENTO do professor Eugênio Gudín. São Paulo, v. 42, n. 318, p. 46-130, maio/jun. 1986.
- DOSSIÊ liberalismo/neoliberalismo. *Revista USP*. SP: Edusp, n. 17, 1993.
- DOSSIÊ welfare state. *Novos Estudos Cebrap*. SP: Ed. Brasileira de Ciência, n.22, 1988.
- EUGÊNIO Gudín: o centenário de um liberal. *Exame*. São Paulo, v. 19, n. 356, p. 30-31, jul. 1986.
- EUGÊNIO Gudín, professor. *Visão*. São Paulo, 16/12/1974.
- FANGANIELLO, Helena. Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. *Boletim*. SP: FEA, n. 60, 1970.
- FLORES, Jorge Oscar de Mello. Um episódio do Prof. Eugênio Gudín como homem público. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 17, jun. 1986.
- KAFKA, Alexandre. Eugênio Gudín. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6 p. 27-28, jun. 1986.
- LOPES, Luiz Simões. O centenário de Eugênio Gudín. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, p. 11-14, jul. 1986.
- MAKSOUD, Henry. Defesa da liberdade. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 42, n. 318, p. 40, maio/jun. 1986.
- MÉSZAROS, I. Política e transição para o socialismo - Reflexões sobre o centenário de Marx. *Cadernos Ensaio*. 3ª ed., São Paulo, Ensaio, 1990. v.1.
- OLIVEIRA, F. Economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções Cebrap*, n. 1. SP, 1977.
- RANGEL, Ignácio M. Cem anos de Brasil. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6 p. 37-39, jun. 1986.
- SCANTIMBURGO, João de. As lições do economista e humanista. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 42, p. 318, p. 38-9, maio/jun. 1986.
- SIMONSEN, Mário Henrique. Gudín, o cartesiano dialético. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 29-31, jun. 1986.
- _____. Pronunciamento de Simonsen no centenário de Eugênio Gudín. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 8, p. 21-24, ago. 1986.
- TEIXEIRA, Ib. O patriota Eugênio Gudín. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 42, n. 318, p. 10-4, maio/jun. 1986.
- _____. A saga de Eugênio Gudín. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 19-23, jun. 1986.

- _____. Meio século da FGV, meio século da economia brasileira. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 12, p. 10-17, dez. 1994.
- VALLE, Álvaro. Homenagem a Eugênio Gudín. *Digesto Econômico*. São Paulo, v. 42, n. 318, p. 41-45, maio/jun. 1986.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. A opção neoliberal. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 43-44, jun. 1986.

Este artigo é uma versão modificada do Capítulo III, Parte I, da tese de doutorado intitulada *Eugênio Gudín: Capitalismo e Neoliberalismo*, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, em 1995.